

CAMINHOS PARA A SUSTENTABILIDADE: CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL

PATHWAYS TO SUSTAINABILITY: CONSERVING BIODIVERSITY AND PROMOTING SOCIAL INCLUSION

Hérika Andrezza Bezerra Arruda

Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Gestão e Sistemas Agroindustriais
PPGSA / CCTA - UFCG;
Graduanda do curso de Pedagogia pela UNINTER;
Bacharel em Serviço Social pela UNIFIP;
Pós Graduada em Política de Assistência Social pela UNINTER;
Especialista em Neuropsicopedagogia pela UFMA;
E-mail: herikaarruda29@gmail.com

RESUMO: A preservação ambiental é essencial para o equilíbrio dos ecossistemas, mas deve ser aliada ao desenvolvimento social, garantindo que seus benefícios sejam acessíveis a todas as populações, especialmente as vulneráveis. Historicamente, políticas ambientais têm negligenciado os impactos sociais, gerando desigualdades. Desse modo, esse trabalho busca analisar criticamente as principais abordagens e estratégias que integram a conservação da biodiversidade com a inclusão social, identificando conceitos, práticas e políticas já discutidos na literatura acadêmica. A pesquisa analisa abordagens que promovem essa integração, destacando a importância da participação das comunidades locais na gestão dos recursos naturais e o reconhecimento de saberes tradicionais. Os estudos revisados indicam que a colaboração entre comunidades e iniciativas de conservação pode reduzir desigualdades e gerar oportunidades econômicas, como ecoturismo e agroecologia. Contudo, desafios como a falta de políticas integradas e reconhecimento legal dos direitos das comunidades ainda persistem. Assim, este trabalho conclui que a interdependência entre conservação e inclusão social é crucial, demandando um esforço coordenado entre diversos setores para garantir um futuro onde meio ambiente e justiça social coexistam de maneira harmônica.

Palavras-chave: Conservação da Biodiversidade. Inclusão Social. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT: Environmental preservation is essential for the balance of ecosystems, but it must be combined with social development, ensuring that its benefits are accessible to all populations, especially vulnerable ones. Historically, environmental policies have neglected social impacts, generating inequalities. Therefore, this work seeks to critically analyze the main approaches and strategies that integrate biodiversity conservation with social inclusion, identifying concepts, practices and policies already discussed in academic literature. The research analyzes approaches that promote this integration, highlighting the importance of the participation of local communities in the management of natural resources and the recognition of traditional knowledge. The studies reviewed

indicate that collaboration between communities and conservation initiatives can reduce inequalities and generate economic opportunities, such as ecotourism and agroecology. However, challenges such as the lack of integrated policies and legal recognition of communities' rights still persist. Therefore, this work concludes that the interdependence between conservation and social inclusion is crucial, demanding a coordinated effort between different sectors to guarantee a future where the environment and social justice coexist harmoniously.

Keywords: Biodiversity Conservation. Social Inclusion. Sustainable Development.

INTRODUÇÃO

A conservação da biodiversidade é fundamental para o equilíbrio dos ecossistemas e a manutenção da vida no planeta. É imprescindível que essa conservação esteja aliada à promoção da inclusão social, garantindo que os benefícios da preservação sejam acessíveis a todas as comunidades, especialmente àquelas mais vulneráveis.

Historicamente, é sabido que as políticas ambientais frequentemente desconsideraram o impacto social de suas ações, resultando em desigualdades e exclusão. Muitas vezes, as iniciativas de proteção ambiental foram implementadas sem considerar as necessidades e os direitos das populações locais, levando à marginalização de grupos que dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência. Essa abordagem não apenas compromete a eficácia das políticas de conservação, mas também perpetua ciclos de pobreza e exclusão social.

A proposta de integrar a conservação da biodiversidade com a promoção da inclusão social oferece novos caminhos para uma sustentabilidade mais inclusiva e justa. O envolvimento das comunidades locais na gestão dos recursos naturais, o reconhecimento dos saberes tradicionais e a criação de oportunidades de desenvolvimento econômico são algumas das estratégias que podem fortalecer essa relação. A inclusão social deve ser vista como parte integrante das soluções ambientais, ampliando o impacto positivo das ações de conservação.

Isso envolve a participação ativa das comunidades nas decisões relacionadas ao uso e à proteção dos recursos naturais, além de promover a educação ambiental e a conscientização sobre a importância da biodiversidade. Assim, ao garantir que todos tenham acesso aos benefícios da preservação, podemos construir um futuro mais sustentável e equitativo, onde a proteção do meio ambiente e o bem-estar social caminhem juntos.

Neste sentido, esse trabalho tem como objetivo geral analisar criticamente as principais abordagens e estratégias que integram a conservação da biodiversidade com a inclusão social, identificando conceitos, práticas e políticas já discutidos na literatura acadêmica. Além disso, busca-se compreender como essas duas dimensões podem ser conciliadas de maneira efetiva, destacando as oportunidades e os desafios envolvidos na promoção de uma sustentabilidade mais equitativa e abrangente. Assim, esse trabalho abordará as concepções de alguns autores importantes, a exemplo de Schmitt (2018), Wolf (2020), Carvalho (2021) e Lasso et al (2023).

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de reunir, analisar e interpretar o conhecimento existente sobre a relação entre a conservação da biodiversidade e a promoção da inclusão social. Esse tipo de pesquisa consiste em um levantamento sistemático de materiais acadêmicos já publicados, incluindo livros, artigos científicos, teses, dissertações e relatórios de organizações nacionais e internacionais, que abordam o tema em questão.

Inicialmente, foi realizada uma busca em bases de dados acadêmicos como o Google Acadêmico, utilizando palavras-chave relacionadas, como "sustentabilidade", "conservação da biodiversidade", "inclusão social" e "desenvolvimento sustentável". Foram selecionados 04 (quatro) materiais publicados nos últimos 06 (seis) anos, a fim de garantir a relevância e a atualidade das informações.

A coleta de informações em pesquisas exploratórias ocorre, em estudos de consumo, muito comumente em uma perspectiva etnográfica, por meio de observações participante e não participante, de entrevistas informais e casuais, de diários de informações e da inserção do pesquisador no ambiente natural dos consumidores. A utilização dessas técnicas usualmente tem longa duração, podendo chegar a meses de pesquisa.

O uso desses procedimentos visa a permitir que o fenômeno observado seja conhecido com espontaneidade e vivido como um incidente, pois o pesquisador é o instrumento-chave para a coleta do material de pesquisa e sua análise. Nessa direção, a pesquisa exploratória possibilita, nessa direção, que sejam confrontadas as intenções dos participantes – que ocorrem no nível dos pensamentos – com o que ocorre de fato

(Canniford, 2005; Coupland, 2005; Nepomuceno, Porto, & Rodrigues, 2006).

Assim, a análise crítica permitiu discutir diferentes abordagens teóricas e práticas, bem como os desafios e oportunidades descritos na literatura. Por fim, a síntese dos resultados possibilitou a organização das informações em categorias temáticas que embasam as discussões e conclusões deste trabalho.

Esse método oferece uma visão ampla e fundamentada sobre o tema, permitindo identificar lacunas no conhecimento e propor reflexões sobre futuras pesquisas e práticas no campo da sustentabilidade, com foco na inclusão social e na conservação da biodiversidade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os estudos de Carvalho (2021) destacam que a inclusão social é essencial para o sucesso de políticas de conservação da biodiversidade. Projetos que envolvem as comunidades locais, especialmente aquelas que dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência, apresentam maior eficácia e sustentabilidade a longo prazo. A exclusão social, por outro lado, pode gerar resistências e até mesmo conflitos, quando as comunidades sentem que estão sendo prejudicadas pelas ações de preservação ambiental.

Em seus estudos, Schmitt (2018) apresenta evidências de que a conservação da biodiversidade e a inclusão social não são objetivos mutuamente exclusivos, mas sim complementares. A pesquisa evidencia que a participação ativa das populações locais em projetos de conservação contribui para a redução das desigualdades socioeconômicas. Schmitt também menciona alternativas econômicas, como ecoturismo e agroecologia, que promovem tanto a geração de renda quanto a proteção ambiental.

Lasso et al. (2023) ressalta a importância do conhecimento tradicional das comunidades indígenas e rurais para a conservação da biodiversidade. O reconhecimento e a valorização desses saberes são fundamentais para a implementação de estratégias de conservação culturalmente apropriadas. No entanto, o autor aponta que a marginalização dessas comunidades, somada à falta de reconhecimento legal de suas terras e direitos, impede a plena integração de seus conhecimentos nas políticas públicas.

Desse modo, as discussões que emergem dos resultados obtidos, indicam a necessidade de uma mudança de paradigma nas políticas públicas em relação à conservação e inclusão social. As políticas públicas precisam considerar a inclusão social

como um pilar central nas estratégias ambientais. Essa mudança pode fomentar uma abordagem colaborativa, envolvendo diversos atores — governo, sociedade civil e comunidades locais — na criação de soluções inovadoras e eficazes.

Apesar de muitos casos de sucesso na integração entre conservação e inclusão social, ainda existem desafios significativos. A falta de políticas que articulem as dimensões ambiental e social de forma eficiente e as dificuldades no acesso a financiamento para projetos comunitários são os principais obstáculos (FERREIRA, 2008, p. 37).

Sendo assim, a inclusão social nas iniciativas de conservação pode promover uma maior conscientização sobre a importância da preservação ambiental, tornando as ações mais democráticas e duradouras. Para isso, é crucial fortalecer políticas públicas e apoiar projetos de base comunitária, garantindo que os benefícios da sustentabilidade sejam amplamente distribuídos, promovendo tanto a proteção dos ecossistemas quanto o desenvolvimento humano e a justiça social.

A articulação entre essas duas áreas requer uma abordagem integrada e multidimensional, que reconheça as especificidades culturais, sociais e econômicas de cada contexto. Estratégias que promovam a autonomia das comunidades, respeitando seus conhecimentos e incentivando a geração de renda sustentável, são fundamentais para alcançar os objetivos de conservação de maneira equitativa.

Além disso, políticas que promovem o desenvolvimento sustentável por meio de alternativas econômicas, como o ecoturismo, a agroecologia e a produção sustentável de recursos florestais, proporcionam renda e oportunidades de emprego, fortalecendo o vínculo entre conservação e inclusão (Schmitt, 2018). Logo, a marginalização desses grupos, somada à falta de reconhecimento legal de suas terras e direitos, muitas vezes impede que seus conhecimentos sejam plenamente integrados às políticas públicas.

De acordo com Silva (2010, p.78) o sucesso dessas iniciativas depende de uma mudança de paradigma nas políticas públicas, que precisam considerar a inclusão social como um pilar central das estratégias ambientais. A ampliação do diálogo entre os diversos atores — governo, sociedade civil, academia e comunidades locais — é crucial para criar soluções inovadoras e eficazes. Além disso, a inclusão social nas iniciativas de conservação pode promover uma maior conscientização sobre a importância da preservação ambiental, tornando essas ações mais democráticas e duradouras.

Por outro lado, o envolvimento de comunidades locais na gestão de áreas protegidas e em iniciativas de restauração ambiental tem se mostrado uma oportunidade

promissora. Modelos de gestão participativa, como as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) no Brasil, mostram que é possível aliar proteção ambiental com geração de renda e inclusão social. Esses modelos, no entanto, requerem um suporte contínuo por parte dos governos e organizações internacionais para garantir sua sustentabilidade a longo prazo (Wolf, 2020).

Portanto, é importante reconhecer que, embora existam avanços significativos, ainda há muito a ser feito para que a inclusão social e a conservação da biodiversidade caminhem juntas de maneira efetiva. O fortalecimento das políticas públicas e o apoio a projetos de base comunitária são passos fundamentais para garantir que os benefícios da sustentabilidade sejam amplamente distribuídos, promovendo não apenas a proteção dos ecossistemas, mas também o desenvolvimento humano e a justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa bibliográfica realizada, conclui-se que a conservação da biodiversidade e a promoção da inclusão social são elementos interdependentes e essenciais para a construção de um futuro verdadeiramente sustentável. A integração dessas duas dimensões permite não apenas a proteção dos ecossistemas e espécies ameaçadas, mas também a melhoria das condições de vida das populações locais, especialmente aquelas que tradicionalmente têm sido marginalizadas nas políticas ambientais.

As análises realizadas na construção dessa pesquisa revelam que iniciativas de conservação que incorporam a participação ativa das comunidades locais, respeitam seus conhecimentos tradicionais e promovem alternativas econômicas sustentáveis têm maiores chances de sucesso a longo prazo. Esse enfoque colaborativo fortalece o vínculo entre as pessoas e o meio ambiente, resultando em projetos mais justos, eficazes e com maior adesão social.

Entretanto, as bases teóricas destacaram também desafios significativos. As Políticas públicas fragmentadas e a falta de recursos e apoio institucional para as comunidades continuam a ser obstáculos importantes para a plena integração entre conservação e inclusão social. Para enfrentar esses desafios, é necessário um esforço coordenado entre governos, ONGs, setor privado e a própria sociedade, promovendo políticas que levem em consideração as especificidades de cada região e grupo social.

Por fim, conclui-se que o caminho para a sustentabilidade exige uma abordagem multidimensional, onde a justiça social e a conservação ambiental caminhem juntas. O fortalecimento das políticas públicas, o reconhecimento legal dos direitos das populações tradicionais, o incentivo a projetos de base comunitária e a promoção de novas formas de desenvolvimento econômico sustentável são fundamentais para garantir que os benefícios da preservação ambiental sejam amplamente distribuídos, assegurando a justiça e equidade social. Somente assim será possível construir um futuro onde a biodiversidade e as sociedades humanas coexistam de maneira harmônica e próspera.

REFERÊNCIAS

CANNIFORD, R. et.al. Moving shadows: Suggestions for ethnography in globalized cultures. **Qualitative Market Research: An International Journal** (2005) 8(2), 204-218. (2005) doi: 10.1108/13522750510592463 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/b4YYN9wycwMHNhdMn9dVXsv/> Acesso: 12.out.2024.

CARVALHO, M. B. (2021). Conservação da agrobiodiversidade, populações tradicionais e cientistas. *Ilha, Florianópolis*, 23(2), 6-26. DOI: [https://doi.org/10.5007/2175-8034.2021.e67235​::contentReference\[oaicite:0\]{index=0}](https://doi.org/10.5007/2175-8034.2021.e67235​::contentReference[oaicite:0]{index=0}).

FERREIRA, L. da C. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998.

LASSO, A., de Oliveira Jr, C. J. F., Gomes, R. J. B., Campos, R. P., Bortolotto, I. M., & Fehlauer, T. J. (2023). Bioeconomia e sociobiodiversidade na perspectiva agroecológica para o bem viver. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 18(1), 129-150.

SCHMITT, Claudia. **A biodiversidade como bem comum: Cenários, Avanços e Desafios**. Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), Terra de Direitos. Boletim Biodiversidade, 2018. Disponível em: www.agroecologia.org.br e www.terradedireitos.org.br. Acesso em: 15/09/2024

SILVA, Jacqueline Maria Cavalcante. Políticas públicas como instrumento de inclusão social. **Prismas: Dir., Pol. Publ. e Mundial.**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 161-211, jul./dez. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Educ/Downloads/1114-6620-1-PB.pdf> Acesso em: 20. Out. 2024.

WOLFF, Luis Fernando. Alternativas para a diversificação da agricultura familiar de base ecológica 2019 e 2020. Editores técnicos: Luis Fernando Wolff, Ebersson Diedrich Eicholz. – Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2020. 43 p. (Documentos / Embrapa Clima Temperado, ISSN 1516-8840; 491)